

## **Agroecologia: Unindo Reforma Agrária e Conservação Ambiental**

Agroecology: Agrarian Reform and Environmental Conservation

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. UFF - Departamento Geografia, AGB Niterói, Articulação Agroecologia RJ, [coxmonica@gmail.com](mailto:coxmonica@gmail.com)

**Resumo:** Efocamos os conflitos que surgiram no Vale do Rio São João fluminense, em terras públicas desapropriadas pelo INCRA para criação da Reserva Biológica Poço das Antas/IBAMA. Procuramos mostrar os limites existentes quer no diálogo do Estado com as organizações dos trabalhadores, quer na condução das políticas públicas para os assentamentos rurais e para a Reserva Biológica. Nem a questão ambiental nem a questão agrária podem ser entendidas isoladamente, elas necessitam ser inter-relacionadas, debatemos a AGROECOLOGIA como um caminho de diálogo entre ambas.

**Palavras-chave:** Agroecologia, assentamento rural, conflito sócio-ambiental, Rio de Janeiro.

**Abstract:** We dealt with conflicts at the Rio São João Valley, Rio de Janeiro, on public lands disappropriated by INCRA in order to create the Biological Reserve of Poço das Antas/IBAMA. We aimed to show the limits in State dialogue with workers organizations, and also in the conduction of public politics to rural settlements into biological reserves. We tried to show that neither environmental question nor agrarian question can be understood isolated, they may be inter-related. AGROECOLOGY is discussed as a possibility of dialogue among them.

**Keywords:** Agroecology, rural settlements, social environmental conflict, Rio de Janeiro.

### **Introdução**

Tratamos do processo de disputa em torno de terras públicas sob controle do INCRA no Vale do Rio São João, RJ (Silva Jardim e Casimiro de Abreu), desde a década/1970 à década/1990 e início da década/2000. Os conflitos ocorrem no Vale do Rio São João fluminense, em terras públicas desapropriadas pelo INCRA para criação da Reserva Biológica Poço das Antas. Consideramos a partir dos conflitos por terra e da constituição de ocupações e de acampamentos organizados pelo MST e pela FETAG no entorno da Reserva em 1990, e o desafio da transição de uma agricultura convencional para outra de bases familiares (PEREIRA, 2006).

O processo de desapropriação de terras pelo INCRA para fins de criação de reserva biológica iniciou-se em 1974. Reconstituímos as ações do Estado, os múltiplos conflitos na década de 1980, envolvendo trabalhadores rurais moradores de fazenda, posseiros, fazendeiros, até constituir-se um processo de ocupações de terras por trabalhadores rurais sem terra na década de 1990, questionando a condição de terras públicas que se encontravam griladas por fazendeiros desde obras do DNOS na região.

Configurou-se uma disputa pela apropriação e pelo destino destas terras, ou para

assentamento rural ou para ampliação da Reserva Biológica.

Após obras de saneamento na década de 1980, o rio São João foi canalizado e retilinizado e a lagoa de Juturnaíba foi transformada em represa. As obras foram em terras públicas que foram então griladas por fazendeiros. Esses se apropriaram de investimentos públicos para grandes monoculturas de arroz, com extensos canais de irrigação e produção em bases agroquímicas com uso de insumos químicos aplicados com aviões por toda a região.

Na década seguinte, 1990, foi o próprio fracasso da agricultura irrigada em grandes extensões de terras na mão de fazendeiros, que levou trabalhadores rurais a demandarem a reforma agrária nessas terras que eram públicas.

Vejamos a síntese dos impasses sócioambientais na região nas últimas décadas:

<b>Década 1970 – Políticas de Modernização do Estado</b>
Desapropriação de terras para criação da Reserva Biológica Poço das Antas (1974). Obras de saneamento da região alagada do Rio São João: represamento da Lagoa Juturnaíba, canalização do Rio São João, desmatamento, rebaixamento do lençol freático expondo solos de turfa.
<b>Década 1980 – Estado x Trabalhadores Rurais</b>
Na década de 1980, ocorreram disputas fundiárias entre Estado e fazendeiros levou ao questionamento da propriedade privada das terras, o que acabou por se desdobrar em uma abertura na região, antes fechada pelo arcaísmo dos latifúndios.
<b>Década 1990 – Estado x Trabalhadores Rurais Sem Terra: Fracasso da agricultura e terras griladas deixadas improdutivas e degradadas</b>
Os conflitos a partir da década de 1990 no entorno da Reserva Biológica Poço das Antas se constituíram, preponderantemente, por embates entre Estado e trabalhadores rurais sem terra. Com a ocupação das terras pelo movimento social, os maiores conflitos aconteceram entre fazendeiros e trabalhadores rurais e militantes acampados do MST. A reforma agrária volta para a pauta da região. O INCRA retomou ações na região.
<b>Década 2000 – IBAMA x INCRA: A AGROECOLOGIA como proposta social e ambiental</b>
A partir de 1998 o IBAMA, que anteriormente, vinha demandando formalmente ao INCRA a doação de terras, passou a disputar as terras judicialmente através de denúncias contra o INCRA. A região passou a ter conflitos de natureza ambiental, reforçando a disputa das terras por parte do IBAMA/Rebio. A AGROECOLOGIA surge como proposta a partir da reforma agrária e dos assentamentos rurais no entorno da reserva biológica.

Fonte: Mônica Cox de Britto Pereira (2006).

Ao final da década de 1990, demandas sociais e ambientais para as terras do Vale do Rio São João se encontraram e se chocaram.

È nessa interface que vamos problematizar o debate da AGROECOLOGIA nos assentamentos rurais/INCRA e o embate com a visão ambiental preservacionista da

Reserva Biológica/IBAMA, restrita e reducionista, que surge no mesmo ano (1974) das transformações hídricas decorrentes das propostas de modernização para a região. Existe um impasse quanto à recuperação ambiental de áreas dentro da reserva biológica equivalentes às áreas dos assentamentos rurais em seu entorno.

O objetivo central aqui é partir dos impasses da **Reforma Agrária** em terras degradadas pela monocultura agroquímica, para identificar os avanços e inovações de uma agricultura familiar que tem como premissa a questão ambiental para ficar na terra, e que traz a **Agroecologia** como possibilidade para garantir o direito a terra, abrindo o desafio da construção de assentamentos agroecológicos e de novas práticas ambientais para o entorno de unidades de conservação.

Enfocaremos o ACAMPAMENTO SEBASTIÃO LAN com as famílias na terra há 10 anos, em terras do INCRA em litígio ambiental com IBAMA, nos municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, no entorno da Reserva Biológica Poço das Antas.

### **Desenvolvimento**

A questão ambiental se colocou como aprendizado para conquistar a terra. Garantir a terra para a constituição do assentamento é o primeiro passo para se transformar o uso de fazendas de gado. Daí em diante, o desafio é de se firmar a organização para um assentamento em bases agroecológicas.

As famílias se encontram em um processo de organização, plantando sem uso de insumos químicos, com registros de melhoria em relação à concentração anterior de venenos no rio e no solo, assim, recuperando o solo, registrando o retorno de animais, como pássaros, cobras, bem como registrando o nascimento de arbustos e árvores que não vingavam no solo anterior, recuperando a regeneração florestal e recuperando a mata ciliar, bem como garantindo a segurança alimentar básica, alimentando as famílias, e permitindo que algumas vivam exclusivamente da produção e renda do seu sítio.

O Assentamento se constitui como unidade social e ambiental, bem como agroecológica, visto que o processo de transição de uma agricultura agroquímica sem o trabalhador na terra, vem se dando para a presença do agricultor que vive e se alimenta da terra. A agrobiodiversidade e o conhecimento para recuperação ambiental vem se dando em terras que por mais de vinte anos, não mostram inovações na relação ser humano e natureza, e na interface imbricada sociedade e natureza.

Amplia-se a noção exclusiva de áreas protegidas como unidades de conservação e de entornos destas sem possibilidade agrícola. Indica, também, a possibilidade da

agricultura em bases agroecológicas como um entorno biodiverso com presença de agricultores, rompendo, por conseguinte, com o mito da natureza intocada, e semeando desafios para uma conservação ambiental que parte da agricultura, do uso e do manejo da terra. Superando impasses e trazendo, assim, perspectivas de organização local em sintonia com os ecossistemas, numa perspectiva mais ampla, em uma interação inovadora entre sociedade e natureza.

Procuramos mostrar os limites existentes quer no diálogo do Estado com as organizações mediadoras dos trabalhadores, quer na condução das políticas públicas para os assentamentos rurais e para a Reserva Biológica. Bem como mostrar que nem a questão ambiental nem a questão agrária podem ser entendidas isoladamente e que elas necessitam ser inter-relacionadas, sendo a AGROECOLOGIA um caminho de diálogo em que se rompe o paradigma da fragmentação agricultura-meio ambiente para uma agricultura em bases ecológicas e uma conservação do ambiente que parta da prática de quem vive na terra, e da terra, cujos valores e atitudes podem se modificar em conjunto com o processo da recuperação ambiental, tanto da agrobiodiversidade, quanto das condições ecológicas como um todo.

Verificamos que na região apresentaram-se conflitos nas próprias instâncias do Estado. Os modelos utilizados pelo IBAMA e pelo INCRA apontam para a necessidade de inovações. O IBAMA acredita na preservação ambiental, mas não conseguiu em sua ação considerar a amplitude da questão ambiental e agrária na região, assim como o INCRA acredita no assentamento com base em uma agricultura diversificada de base ecológica, mas não logrou construir uma nova visão ambiental atrelada aos desafios da questão agrária e ambiental.

Os assentamentos são abordados principalmente pelo viés produtivo, enquanto as reservas pelo viés preservacionista. A tematização que se fez em torno da relação ser humano-natureza tem outros parâmetros marcados por formas distintas de seletividade estrutural do Estado (OFFE, 1984).

Tanto a produção requer intercâmbio com a conservação ambiental e a dinâmica ecológica, quanto a mata da reserva carece de manejo e recuperação, visto que não está em um status que mantê-la intacta equivalerá necessariamente a preservação ecológica.

O desafio para o INCRA consiste na criação de modelos diferenciados de assentamentos rurais a partir de um ENFOQUE AGROECOLÓGICO apostando na interface e na sinergia entre múltiplas dimensões da luta pela terra dos agricultores sem terra. Conseguir ir além dos projetos de assentamentos que acabam presos ao gargalo do

modelo agroquímico insustentável.

Para o IBAMA o desafio está na construção de um projeto de conservação para a Reserva Biológica que seja sustentável, na medida que se integre ecologicamente e socialmente com a região. Do contrário, exclui-se outros projetos para a região.

Com base em nosso estudo, registramos alguns impasses em torno dos mecanismos de democratização do acesso aos direitos e de resolução dos conflitos sociais. A partir daí, apontamos para possibilidade e potencialidade de uma participação mais ampla dos sujeitos sociais nas várias instâncias de construção, de decisão e de implementação de políticas; para o estímulo a formas alternativas de direito (conforme sinaliza SANTOS, 2005); constituição de espaços públicos não estatais (conforme sinaliza SANTOS, 2005; MAZZETTO, 2003 b; DELGADO, 2002). Sobretudo, para que não se reduza o direito à “singelos benefícios” no âmbito das políticas públicas, relegando os sujeitos a meros beneficiários, meio ambiente a um substrato para o qual se destinam as políticas, e agricultura a alguns poucos produtos a serem comercializados.

Os trabalhadores conseguiram acessar alguns direitos a partir da sua ação organizada. A convivência com o meio ambiente é uma necessidade que se impõe. Concretamente, já fizeram muito pelo meio ambiente agredido, por décadas, de toda forma pela modernização agrícola conservadora. Mesmo com os desafios, a nova forma de viver e usar a terra como unidade de assentamento rural, beneficiou a conservação ambiental, bem como deu respostas às necessidades mais imediatas das famílias de agricultores. Um desafio está apontado para o futuro, para os próximos passos da convivência, bem como para a garantia do direito à vida que leve em conta aspectos subjetivos do sonho da terra, que não consegue facilmente ser abarcado pela regulação legal, mas que faz diferença na condução de um modo de vida sustentável ambientalmente. Há potencialidades da sinergia entre Estado e movimento social, em torno das políticas ambientais e agrárias. O impasse jurídico aponta para uma sujeição do INCRA e a submissão da política agrária à política ambiental. O desafio é a conservação da vida como um todo, a AGROECOLOGIA tem potencialidade para incorporar a complexidade da vida em torno da agrobiodiversidade, podendo constituir-se em uma dimensão incorporada na sociedade.

### **Referências bibliográficas**

DELGADO, Nelson Giordano. Extensão e Desenvolvimento Local: em busca da construção de um diálogo. Mimeo. Palestra realizada no **Seminário Nacional sobre a Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro**. Recife, 02 novembro 2002.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Políticas públicas e desenvolvimento rural: em busca de novos caminhos. In: **II Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, o campo no século XXI - **Anais**. São Paulo: USP, 1-21, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto Pereira. **Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro**. 275 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Boaventura dos. **A crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Ed. Cortez, 2005. 415 p.